

NOSSOS CLÁSSICOS

GEOGRAFIA POLÍTICA (PREFÁCIOS)¹

FRIEDRICH RATZEL²

Prefácio à primeira edição³

Em 1881, Bluntschli escreveu no item *País*, do *Dicionário do Estado Alemão (deutschen Staatswörterbuch)*:

¹ Tradutores: Marquessuel Dantas de Souza, licenciado em Geografia, com ênfase em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. Contato: marquessuelgf@hotmail.com.

Gabriel Reichenheim, graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e mestre em Pesquisa Internacional em Estudos Metropolitanos - Freie Universität Berlin (2010), Alemanha. Contato: gabrielautranqr@gmail.com.

Revisão técnica: Leonardo Arantes, doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

² Para outras publicações da Revista GEOgraphia sobre o geógrafo, ver: CARVALHO, Marcos Bernardino de. (2010): *Friedrich Ratzel (1844-1904): "O insípido está sempre incorreto*. Volume 12, nº 23; RATZEL, Friedrich. (2010) *Sobre a interpretação da natureza [Über Naturschilderung]*. Volume 12, nº 23; MERCIER, Guy. (2009) *A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache*. Volume 11, nº 22; HAESBAERT, Rogério (2002) *La Blache, Ratzel e a "Geografia Política"*. Volume 4, nº 7; LA BLACHE, Paul Vidal de. (2002) *A Geografia Política a propósito dos escritos de Friedrich Ratzel*. Volume 4, nº 7; MARTINS, Luciana de Lima. (2001) *Friedrich Ratzel*. Volume 3, nº 5; RATZEL, Friedrich (2001) *Amigos, o sublime não mora no espaço!* Volume 3, nº 5.

³ Traduzido direto do alemão. Foi utilizada para esta tradução a primeira edição gótica da obra original: *Politische Geographie* von Dr. Friedrich Ratzel. München und Leipzig: Verlag von R. Oldenbourg, 1897, pp. III-V, 715p.; a segunda edição: *Politische Geographie oder die Geographie der Staaten, des Verkehrs und des Krieges*. von Dr. Friedrich Ratzel. München und Berlin. Zweitaufgabe. Druck und Verlag von R. Oldenbourg, 1903, pp. III-VI, 838p.; e uma versão alemã recente da reimpressão da terceira edição: *Politische Geographie* von Friedrich Ratzel. Neudruck der drittenauflage von 1923, durchgesehen und ergänzt von Eugen Oberhummer. Osnabrück: Otto Zeller Verlag, 1974, pp. III-V. 626p. Embora lembrando que uma versão mais próxima do português é uma edição resumida (e adaptada) francesa, que, por sua vez, traduziu um extrato (incompleto, portanto) do prefácio da primeira edição de 1897: Friedrich Ratzel - *La Géographie Politique: les concepts fondamentaux*. Choix de textes et traduction de l'allemand par François Ewald. Paris: Fayard, 1987, pp. 55-56. 220p. (Collection Géopolitique et stratégies). Entremettes, a edição mais recente é igualmente francesa, também incompleta: Friedrich Ratzel - *Géographie Politique*. (Extraits traduits par Pierre Rusch) Paris: Éditions régionales européennes et Economica, 1988. 385p. (Diffusion).

desde que Ritter elaborou com atenção o lado político da geografia, apreciamos melhor do que antes a influência do uso do solo e da fisionomia dos países. Todavia, um exame abrangente e imparcial desta influência enriqueceria mais a ciência política (*politische Wissenschaft*) com novas verdades e explicaria de múltiplas maneiras a interação enigmática entre o tipo de povo e o tipo de país.

Desde então, os caminhos de Karl Ritter foram prosseguidos e, através do aumento geral do trabalho científico na área da geografia, as descrições regionais, as compilações estatísticas e os mapas históricos e políticos se tornaram melhores do que nunca. No entanto, o desenvolvimento da geografia política ainda se encontra atrasado em relação a todos os demais ramos de nossa ciência, e quase não há vestígios de influências geográficas na ciência da “política” (*Wissenschaft von der “Politik”*), exceto o fato de a geografia colocar à disposição melhores mapas, descrições e dados de área e população. As queixas acerca da sequidão da geografia política, que são tão antigas quanto o ensino geográfico, sempre voltam a ressoar. Estas se dirigem aparentemente à escassez da aplicação pedagógica, mas o erro se encontra de maneira mais profunda no tratamento científico da geografia política. Isso porquanto as dificuldades do ensino nessa área advêm do seguinte: os fatos da geografia política ainda são muito rígidos uns em relação aos outros e em relação àqueles da geografia física. O ensino neste importante ramo não pode ser formado de maneira efetiva enquanto o material acumulado não for estruturado conforme uma classificação esclarecedora e enquanto não for adotada uma abordagem comparativa que parta da perspectiva do desenvolvimento.

Quem conhece os setores e as observações antropogeográficos e geográfico-políticos no interior das novas geografias regionais, das quais particularmente a literatura alemã e a francesa possuem consideráveis exemplos, deve chegar à mesma conclusão, qual seja, a de que o que nos resta fazer agora para trazer *toda* a geografia política para um nível mais elevado é realizar uma pesquisa comparativa das relações entre o Estado e o solo.

Não se deve acreditar que a ciência do Estado (*Staatswissenschaft*) deveria assumir essa tarefa? Até o momento, esta ciência tem se mantido, contudo, rigorosamente distante de qualquer perspectiva espacial, de medição, de contagem e comparação entre Estados e partes de Estados; e é isso precisamente o que, em primeiro lugar, concede vida à geografia política. Para alguns cientistas políticos e sociólogos, assim como para muitos historiadores, o Estado é retratado como se estivesse solto no ar e o solo do Estado é, para eles, apenas como um tipo maior de propriedade.

Entretanto, a geografia política só pode construir sua teoria do Estado partindo do solo efetivo da Terra. Para a geografia política, o Estado só pode ser uma criação humana; contudo, uma criação que só prospera sobre o solo da Terra. A interface

com problemas da sociologia e da ciência do Estado (Staatswissenschaft) é inevitável; os princípios da geografia política também precisam, naturalmente, formar uma parte dos princípios da história. Contudo, a Geografia necessita aqui pôr a própria mão na massa, pois se trata de concepção e trabalho autenticamente geográficos, e só pode haver uma geografia política verdadeira através de estrutura, método e objetivo geográficos.

Eis, portanto, a ideia que deu origem a este livro, no qual os Estados em todos os níveis de desenvolvimento são considerados como organismos que estão em uma necessária relação com seu solo e que, por isso, devem ser considerados de um ponto de vista geográfico. É nesse solo que os Estados se desenvolvem, tal como a etnografia e a história nos mostram, e na medida em que se atrelam de maneira cada vez mais estreita a ele e que criam, a partir dele, suas fontes de energia. É dessa forma que aparecem como espacialmente delimitados e como configurações espacialmente organizadas dentro do círculo de fenômenos que a geografia cientificamente descreve, mede, ilustra e compara. Daí se desdobram os demais fenômenos associados à expansão da vida, até que, em seu ápice, surgem, por assim dizer, os Estados.

Como a geografia política não requer nenhum outro método senão o geográfico, o observador de fenômenos geográfico-políticos necessita incorporar este método, de modo que ele se torne um hábito da concepção espacial, um “sentido geográfico”, comparável ao sentido histórico, que nada mais faz senão conceber todos os aspectos da vida dos povos como um elo de uma corrente que decresce da profundidade impenetrável do tempo. Este sentido geográfico nunca faltou aos pragmáticos estadistas e caracteriza nações inteiras. Através deste, se escondem designações, tais como o impulso expansionista, o poder de colonização, o crescente espírito soberano; e onde se fala de instinto político saudável, se quer dizer geralmente uma avaliação correta dos fundamentos geográficos do poder político. Como eu acredito agora que este “sentido geográfico”, mesmo quando não instruído, pode sim se desenvolver e pode sim contribuir bastante para o entendimento e para a apreciação justa de circunstâncias históricas e políticas, tenho também a esperança de que este livro não irá despertar interesses apenas de geógrafos. Se contribuir para aproximar a ciência do Estado (Staatswissenschaft) e a historiografia (Geschichtswissenschaft) à geografia, sentir-me-ia bastante gratificado. Assim, talvez se difundisse a convicção de que o grande conjunto das ciências sociais só pode prosperar verdadeiramente por meio de fundamentos geográficos. A partir daí, poder-se-ia esperar o mais fértil fomento para a geografia como ciência e como ensino.

Aos amigos e colegas de profissão no país e no exterior, que me encorajaram com conselhos e ações, e aos meus queridos alunos, que ajudaram a promover a obra, pois analisaram os problemas singulares da geografia política, agradeço imensamente; igualmente à editora e à gráfica.

Leipzig, fim do verão de 1897.

Prefácio à segunda edição

Na segunda edição, evidentemente, muitos dados foram renovados ou corrigidos. Novas seções sobre a geografia da circulação e da guerra foram adicionadas, pois quanto mais eu me ocupo com questões sobre a geografia da circulação, fica cada vez mais claro para mim que ela está estreitamente relacionada à geografia política e principalmente à geografia da guerra. Aqui, novamente, muito obrigado a todos que me ajudaram⁴.

Leipzig, fevereiro de 1903.

⁴É interessante observarmos que o prefácio à segunda edição foi bastante considerado por Jules Sion quando de sua análise à Segunda Edição da *Geografia Política* de Ratzel, em 1904. Para Jules Sion “a geografia do comércio, que é objeto das principais adições, se liga estreitamente, para Ratzel, àquela da guerra” (SION, 1904, p. 171). SION, Jules. *La Seconde Édition de la Politische Geographie de Friedrich Ratzel*. In: *Annales de Géographie*, tome XIII, pp. 171-173, Paris: Libraire Armand Colin, 1904. No prefácio à segunda edição, pág. VI, Ratzel nos diz: “die Verkehrsgeographie engmit der politishen Geographieundbesondrs engmit der Geographie des Kriegeszusammenhängt”. Comentário acrescido pelo tradutor conforme a segunda edição de *Politische Geographie*, de 1903. Nota do tradutor.